



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VIII – PROFESSORA MARIA DA PENHA  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SAÚDE – CCTS  
DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA  
CURSO DE ODONTOLOGIA**

**MANOEL FAUSTINO DA SILVA NETO**

**PERFIL DE MORTES POR CAUSAS EXTERNAS DAS MULHERES NA REGIÃO  
DE GUARABIRA- PB**

**ARARUNA  
2021**

MANOEL FAUSTINO DA SILVA NETO

**PERFIL DE MORTES POR CAUSAS EXTERNAS DAS MULHERES NA REGIÃO  
DE GUARABIRA- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Odontologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Cirurgião-dentista em Agosto de 2021.

**Área de concentração:**  
Odontologia Legal.

**Orientador:** Prof. Dr. Pierre Andrade Pereira de Oliveira

**ARARUNA  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva Neto, Manoel Faustino da.  
Perfil de mortes por causas externas das mulheres na região de Guarabira- PB [manuscrito] / Manoel Faustino da Silva Neto. - 2021.  
50 p. : il. colorido.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde , 2021.  
"Orientação : Prof. Dr. Pierre Andrade Pereira de Oliveira ,  
Coordenação do Curso de Odontologia - CCTS."  
1. Violência. 2. Mortalidade. 3. Mulheres. I. Título  
21. ed. CDD 362.83

## MANOEL FAUSTINO DA SILVA NETO

### PERFIL DE MORTES POR CAUSAS EXTERNAS DAS MULHERES NA REGIÃO DE GUARABIRA- PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Odontologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Cirurgião-dentista em Agosto de 2021.

**Área de concentração:**  
Odontologia Legal.

Aprovada em: 24/08/2021.

#### BANCA EXAMINADORA

*Pierre Andrade Pereira de Oliveira*

---

Prof. Dr. Pierre Andrade Pereira de Oliveira (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Gustavo Gomes Agripino*

---

Prof. Dr. Gustavo Gomes Agripino  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Ma Helene Soares Moura*

---

Profa. Ma Helene Soares Moura  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, a meus pais, Pedro e Cristina, e a minha irmã, Betânia, pelo amor, apoio e proteção, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

A produção desta pesquisa, como de todos os outros trabalhos realizados durante o curso, representou uma fase de descobertas, sendo todas elas impossíveis de serem alcançadas sem a ajuda de algumas pessoas, desta forma, nada mais justo que lembrar e dar crédito as que ajudaram durante a minha caminhada.

Agradeço antes de mais nada a Deus, pela dádiva da vida.

A toda a minha família, em especial a meus pais, Pedro e Cristina, e a minha irmã, Betânia, pessoas que sempre estão do meu lado, me apoiando, mesmo que distantes fisicamente.

Ao professor orientador Dr. Pierre Andrade de Oliveira, pela oportunidade para o desenvolvimento desta e de outras pesquisas durante toda a graduação. Sua confiança depositada em mim, como também suas orientações foram fundamentais para o término do curso.

Agradeço ao professor Dr. Gustavo Gomes Agripino, pelas experiências concedidas e pelas palavras de apoio, que mesmo sem saber, me motivaram muito em momentos de desânimo.

A perita odontologista Dra. Michelle Isola Gomes, pela facilitação do acesso ao NUMOL regional de Guarabira/PB.

Sou grato ao amigo Flávio Lopes Duarte, pela inestimável colaboração na aquisição os dados do presente estudo.

Agradeço a Silvio da Silva e a Wellington Siqueira, que foram muito importantes na minha caminhada pelos momentos de apoio e distração, com certeza, são irmãos que levarei em meu coração.

A todos os colegas de sala classe, em especial a Alêssa Crístielle, Kelve de Almeida, Lucas Matheus, Renato Abrantes e Tálison Ramon, pelos momentos de amizade e apoio.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos para a realização de pesquisas.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pela chance oferecida de realizar o presente curso, como também a todos os professores e demais funcionários, não citados, que me fizeram evoluir muito no dia-a-dia das disciplinas.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para esta conquista. Não se limitando somente a pessoas e instituições, mas também a aqueles que colaboraram, também, indiretamente para a concretização deste momento. Meu puro e singelo muito obrigado!

“A perseverança é o caminho do êxito. ”

Charles Chaplin

## RESUMO

**Introdução:** A violência é um elemento muito presente no cotidiano das pessoas da sociedade moderna e que só aumenta com o passar dos anos. Esse fato representa no dia-a-dia dos indivíduos e no cenário mundial como um dos maiores e mais complexos problemas sociais nos dias atuais. **Objetivo:** O presente trabalho tem como finalidade realizar uma avaliação do perfil das mortes por causas externas de mulheres na região de Guarabira no Estado da Paraíba no período de 2003 a 2018. **Metodologia:** O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, descritivo e analítico, com desenho do tipo transversal. A obtenção de dados foi feita pelos pesquisadores, usando como instrumento um formulário padronizado fundamentado nos elementos sugeridos pela literatura da área. **Resultados e Discussão:** O município com maior número de casos foi Guarabira com 45 mortes, significando sozinha 14%. Os anos de 2011 (10%), 2014 (9%) e 2015 (10,6%) foram os de maior quantidade de eventos registrados. Os meses que exibiram os valores mais elevados são dezembro (10%), janeiro (9,7%) e abril (10%). Percebemos que no final de semana ocorre 35,8% dos casos, já no meio da semana acontece 61,3% dos eventos. Percebemos que o perfil de mulheres vítimas de mortes violentas são agricultoras ou domésticas, dos 19 aos 44 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade. A asfixia foi a forma que mais causou mortes violentas, com 80 vítimas que representou 25,7%, seguida por acidente de trânsito com 78 casos, significando 25,1%. A motocicleta, com 49,2%, foi o tipo de acidente mais comum. Ao compararmos os casos de asfixia com a idade das vítimas percebemos que nas situações de afogamento ocorreram 14 eventos com pessoas de até 18 anos. Além disso, 62,2% das mortes violentas apresentaram lesões no segmento *Buco-maxilo-facial*. Os acidentes de trânsito geraram 78 óbitos, destas mortes 65 apresentaram lesão bucal o que representou 83,3%. Sobre o tipo de lesão a Escoriação apresentou 21,4% dos casos. **Considerações Finais:** Ter conhecimento das principais variáveis da questão das mortes violentas com mulheres e sua distribuição nos mais variados municípios oferece elementos para que os governantes possam planejar medidas que venham a reprimir esta situação contra a mulher.

**Palavras-chave:** Violência. Mortalidade. Causas Externas.



## ABSTRACT

**Introduction:** Violence is a very present element in the daily lives of people in modern society and it only increases over the years. This fact represents in the daily lives of individuals and on the world stage as one of the biggest and most complex social problems today. **Objective:** This study aims to carry out an evaluation of the profile of deaths from external causes of women in the region of Guarabira in the State of Paraíba from 2003 to 2018. **Methodology:** This study is characterized as a quantitative, descriptive and analytical research, with a cross-sectional design. Data collection was carried out by the researchers, using a standardized form based on the elements suggested by the literature in the area as an instrument. **Results and Discussion:** The municipality with the highest number of cases was Guarabira with 45 deaths, meaning 14% alone. The years 2011 (10%), 2014 (9%) and 2015 (10.6%) were the ones with the highest number of registered events. The months that exhibited the highest values are December (10%), January (9.7%) and April (10%). We noticed that on the weekend there are 35.8% of the cases, while in the middle of the week there are 61.3% of the events. We noticed that the profile of women victims of violent deaths are farmers or housewives, aged between 19 and 44 years old, with little or no education. Asphyxia was the form that caused the most violent deaths, with 80 victims representing 25.7%, followed by traffic accidents with 78 cases, meaning 25.1%. The motorcycle, with 49.2%, was the most common type of accident. When comparing the cases of asphyxia with the age of the victims, we realized that in situations of drowning there were 14 events involving people up to 18 years old. 62.2% of violent deaths had lesions in the maxillofacial segment. Traffic accidents generated 78 deaths, 65 of these deaths had oral lesions, which represented 83.3%. Regarding the type of injury, Excoriation presented 21.4% of the cases. **Final Considerations:** Being aware of the main variables of the issue of violent deaths against women and their distribution in the most varied municipalities offers elements for government officials to plan measures that will repress this situation against women.

**Keywords:** Violence. Mortality. External Causes.

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por fim de semana do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira (NUMOL) de 2003 a 2018.....30
- Gráfico 2 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por zona do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira (NUMOL) de 2003 a 2018.....33
- Gráfico 3 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por fim de semana do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira (NUMOL) de 2003 a 2018.....42

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Elenco de Variáveis.....	22
Tabela 2 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por cidade do NUMOL de 2003 a 2018.....	27
Tabela 3 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por ano do NUMOL de 2003 a 2018.....	28
Tabela 4 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por mês do NUMOL de 2003 a 2018.....	29
Tabela 5 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por faixa etária do NUMOL de 2003 a 2018.....	31
Tabela 6 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por profissão do NUMOL de 2003 a 2018.....	31
Tabela 7 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por escolaridade do NUMOL de 2003 a 2018.....	32
Tabela 8 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por instrumento do NUMOL de 2003 a 2018.....	37
Tabela 9 – Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por acidente do NUMOL de 2003 a 2018.....	38
Tabela 10– Relação entre acidentes e idade das mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.....	39
Tabela 11– Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por asfixia do NUMOL de 2003 a 2018.....	40
Tabela 12– Relação entre asfixia e idade das mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.....	41
Tabela 13– Relação entre instrumento e ocorrência de lesão bucal nas mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.....	43
Tabela 14– Distribuição do número de lesões em mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.....	43
Tabela 15– Distribuição de regiões com lesão em mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.....	44
Tabela 16– Distribuição dos tipos de lesão em mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.....	44

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	16
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	21
3.1	DESENHO DO ESTUDO.....	21
3.2	LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	21
3.3	POPULAÇÃO A SER ESTUDADA.....	21
3.4	AMOSTRA.....	21
3.5	COLETA DOS DADOS.....	22
3.6	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	25
3.7	CRITÉRIO DE INCLUSÃO.....	25
3.8	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO.....	25
3.9	PLANO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	25
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	27
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	46
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	47
	<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA</b> .....	50
	<b>CARTA DE ANUÊNCIA</b> .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

A violência é um elemento muito presente no cotidiano das pessoas da sociedade moderna e que só aumenta com o passar dos anos. Esse fato representa no dia-a-dia dos indivíduos e no cenário mundial como um dos maiores e mais complexos problemas sociais nos dias atuais (BARBAR, 2018).

No entanto, este tema ainda necessita de muito mais pesquisas para a elaboração de ações que venham a combater este fenômeno propiciando assim uma melhor tomada de ações no enfrentamento de toda sua grandeza e multiplicidade de fatores (SANTOS, et al., 2020).

A construção de uma sociedade mais pacata, democrática, menos desigual e desta maneira também menos cruel só pode ser atingida por meio da ação das mais variadas esferas administrativas governamentais e da participação de grande parte as pessoas que compõem a sociedade (BARBAR, 2018; SILVA RIBEIRO, et al., 2020; SOFIATTI, 2019).

Ao falarmos mais especificamente do termo causas externas este é usado, na área de saúde, para se atribuir à mortalidade causada por: homicídios, suicídios, agressões físicas e psicológicas, acidentes de trânsito, quedas, afogamentos, entre outros (MINAYO, 2009).

Trazendo este tema mais especificamente para nosso país, devemos considerar primeiramente que o Brasil é uma nação com dimensões continentais e que tem por característica possuir intensas diferenças regionais quantos aos aspectos naturais, socioeconômicos e culturais. Esta diversidade é disseminada nas mais diferentes regiões, estados e municípios contidos no território nacional (BRITO et al., 2019).

A cultura local, as desigualdades sociais, as organizações familiares, os locais de moradia, as relações sociais, a profissão, a escolaridade, faixa etária, entre outros elementos, proporcionam fatores transformadores e individualizados no arranjo das várias maneiras de violência no Brasil (VIEIRA et al., 2016).

As pesquisas, sobre mortalidade geradas por causas externas, devem considerar estas diferentes especificidades que cada localidade possui. No entanto, não podemos deixar de citar que estes variados tipos de espaços apresentam também muitos elementos comuns da conjuntura de violência populacional do país (ORELLANA, 2019).

A grande pobreza apresenta ao território contradições bem acentuadas e essas desigualdades só elevam o nível de complexidade que o tema violência apresenta. Complexidade esta que se torna ainda mais gritante ao avaliamos a questão da violência em relação ao gênero, mais especificamente sobre a mulher (BARBOSA & FERREIRA & BARROS, 2011; DA SILVA ALVES et al., 2017).

Diante deste elemento que acaba de ser apresentado, devemos considerar que os comportamentos de gênero são muitas vezes determinados pelo ambiente social que cada indivíduo convive. Os diferentes ambientes de uma coletividade condicionam os sujeitos a exercerem os comportamentos comuns da comunidade, quando uma determinada pessoa se comporta de maneira diferente é considerado, pela maior parte do grupo social em questão, como não adequado (ROMIO, 2017).

Ao nos debruçarmos sobre um tema relacionado a gênero, é de suma importância entendermos que o Brasil foi construído sobre um cenário de sociedade patriarcal, onde as desigualdades entre homens e mulheres foram solidificadas ao longo do tempo, tornando, muitas vezes, a violência sobre a mulher algo banal em virtude da situação de submissão (DA SILVA ALVES et al., 2017; VIEIRA et al., 2017).

Seguindo esta linha de raciocínio, podendo entender que essa situação, em nosso país, torna a violência contra a mulher em um grande problema de saúde pública e porque não dizer em uma violação dos direitos humanos (ORELLANA, 2019).

Desta maneira, inserido na lógica colocada do parágrafo anterior deve entrar em debate o feminicídio que acabou, com o tempo, por se tornar uma questão bastante preocupante de nossa sociedade. Este pode ser entendido como o assassinato intencional de uma mulher motivados por questões de gênero (BARBOSA & FERREIRA & BARROS, 2011; VIEIRA et al., 2016; DA SILVA ALVES et al., 2017).

De maneira mais universal, ao tratar de feminicídios, está se discutindo do assassinato de mulheres. Este não é o único acontecimento abarcado pelo conceito, mas com certeza é o principal. As maiores ou menores taxas de feminicídio ocorrem de acordo com o cenário sociocultural do local que a mulher abita (GOMES, 2018). Nesta perspectiva, de acordo com dados do IPEA a violência contra esse gênero teve notável aumento nos últimos anos. Ao verificarmos dados de 2009 a 2011

registrou-se 16,9 mil feminicídios no Brasil, reforçando ainda mais a triste situação aqui discutida (PRADO, 2017).

Inserido nessa lógica e mais especificamente a região de Guarabira devemos entender esta porção territorial é formada em sua maioria por pessoas do campo que tem enraizadas em seu cotidiano um comportamento embasado em costumes tradicionalistas patriarcais em que o homem é o chefe e que conseqüentemente a mulher deve ser submissa a ele sendo tratada muitas vezes inclusive apenas como mais uma propriedade (BARROS et al., 2017).

O feminicídio ocorre apoiado e fundamentado em fatos de uma estrutura social extremamente desigual que possibilita sua ocorrência. Se torna fundamental discutir a existência destes casos a partir do entendimento da triste base que o estabelece (PINHO & SILVA, 2019; ROICHMAN, 2020). Esta base pode ser compreendida por meio de uma sociedade edificada no patriarcado, que acaba por representar um território próspero para a disseminação da expressão desta violência letal de gênero, associado a um Estado necropolítico, que cria e mantém extremas desigualdades sociais e inúmeras maneiras de violências (GOMES, 2018; COSTA & GONÇALVES, 2021).

Identificar a presença dos feminicídios dentro das mortes de mulheres é uma missão urgente de nossa sociedade. Ao tomar o termo “feminicídio” para seu vocabulário pode-se entender como um marco na história da defesa dos direitos humanos (GOMES, 2018). Ao conceber este termo acarreta na obrigação de assimilar um grupo de ideias teórico-políticas que estabelecem a violência de gênero, seus elementos e o panorama de formação (PINHO & SILVA, 2019).

Tendo em vista a tudo que foi exposto até então, o presente trabalho tem como finalidade realizar uma avaliação do perfil das mortes por causas externas de mulheres na região de Guarabira no Estado da Paraíba no período de 2003

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A violência contra a mulher no Brasil representa um grave problema de saúde pública que necessita de ações para o combate desta problemática. Crimes contra mulheres se tornaram notícias corriqueiras do dia-a-dia de nossa sociedade em decorrência dos padrões de repressão que o sexo feminino vem passando por toda a história da humanidade (ROMIO, 2017).

No entanto, devemos ter ciência que este não é um problema restrito ao Brasil, na verdade a violência contra a mulher é um problema mundial, nos quais inúmeros pessoas deste sexo, sofrem ainda com legislações discriminatórias e tendenciosas. A impunidade acerca dos abusos para com os direitos das mulheres está constantemente relacionada em um quadro de erro de responsabilização por parte dos órgãos públicos (GARCIA & SILVA, 2016).

Admitir a existência de uma sociedade patriarcal é essencial para a compreensão deste fenômeno e de todas as maneiras de violência e discriminação ocasionadas com as mulheres (GOMES, 2018; ROICHMAN, 2020; COSTA & GONÇALVES, 2021). Durante séculos, a legislação brasileira renegou a mulher como indivíduo dotado de direitos iguais perante os homens, atingindo inclusive quem possui a responsabilidade de precaver e punir a violência de gênero, sem reconhecer a particularidade desta situação, fazendo com que seja bastante complicado combatê-la (GARCIA, 2019; OLIVEIRA, 2017; TOLOSA & CHAGAS & LIMA, 2020).

Desta maneira, devemos entender que o patriarcalismo é um arranjo fundado em vínculos pessoais de superioridade e abuso de poder dentro de uma família, pautada em regras baseadas na tradição (WEBER, 2004). Tendo em vista que, os papéis das mulheres e dos homens, entendidos pela sociedade como inerente e instintivos aos sexos, são na realidade ensinados pelas comunidades habitadas (FERREIRA, 2017).

O sexo feminino sempre foi encarado como instrumento no qual os homens poderiam usar quando quisessem. Um exemplo do que vem sendo exposto é o Código Civil de 1916, que refletia a sociedade machista e patriarcal do período, que desprezavam a mulher para uma posição secundária na sociedade, em que ela só se transformava em um indivíduo moderadamente capaz ao se casar. Mesmo assim,



ela necessitava da permissão do marido para todos os trabalhos que tivesse vontade de fazer a tornando totalmente submissa ao homem (SANTOS et al., 2020).

Diante destes fatos que acabam de ser apresentados, podemos perceber que o Estado é concebido como um mecanismo masculino de autoridade, sendo preciso transformações estruturais, assim como políticas e legislativas em direitos especiais nas questões de gênero para “empoderar” as mulheres (ALIMENA, 2010). Seguindo este raciocínio, Pierre Bourdieu (2012), acreditava que a justificativa das condutas de gênero adotados pelas pessoas eram primeiramente pautados em aspectos biológicos dos sexos, colocando que:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2012, p.20).

O modo que a população de nosso país encarava a violência para contra a mulher influencia todas as gerações subsequentes, enxergando este sexo sempre em um sentido de submissão. Situação esta que é própria da sociedade discriminatório que vivemos, resultante de um machismo estruturante (GARCIA, 2019; UTSCH & LEAL, 2014; CHAVES & GILL, 2019).

A “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, realizada em Belém do Pará na data de 09/06/1994, construiu o primeiro documento internacional que confirma que a violência para com este sexo representa uma violação dos direitos humanos (GARCIA, 2019). Desta maneira, o entendimento da presença da violência feminicida possibilita alargar a percepção acerca dos múltiplos e ininterruptos episódios de violência, onde muitas mulheres são sujeitadas durante toda suas vidas. (ROICHMAN, 2020; COSTA & GONÇALVES, 2021; PINHO & SILVA, 2019).

Tendo em vista estas informações, algumas considerações acerca do conceito de feminicídio devem ser feitos. Segundo Gomes (2018) feminicídio em seu sentido mais abrangente significa a morte violenta de uma mulher em decorrência de sua condição de gênero. A discussão, que atribuiu nomear este fenômeno, iniciou na década de 90, nos Estados Unidos, e foi em seguida tomado posse por mexicanas, para delatar a ocorrência de feminicídios em Ciudad Juárez. Porém, foi a Costa Rica, em 2007, a primeira nação a tipificar o femicídio (GARCIA, 2019).

De acordo com Gomes (2018) os feminicídios, podem ser abordados em três vertentes diferentes. A primeira vertente compreende o feminicídio alicerçado em um grupo de mortes bastante abrangente tais como assassinato, mortes por aborto inseguro, prática da mutilação genital, mortalidade materna, e até mesmo suicídios que ocorrem situações de enorme opressão. A segunda vertente entende este o fenômeno a partir, somente dos assassinatos de mulheres, sendo este sentido o mais difundido. A terceira e última vertente compreende o tema no âmbito da jurisdicionalização.

Inserido nessa lógica, Mello (2016) afirma que, femicídio é a definição mais propícia para assassinatos de mulheres pela simples situação de ser mulher, colocando que:

Em que pese os argumentos de Marcela Lagarde, que acrescenta o fator impunidade para definir feminicídio, a controvérsia é bem definida por Diana Russell, uma vez que, a impunidade não é necessariamente uma característica de todos os países da América Latina, o que pode levar a equivocada interpretação de que se não houver impunidade não se tratará de feminicídio. Outro fato relevante é a dificuldade dos operadores do Direito de tratarem a questão sob a ótica dos direitos humanos das mulheres e com a perspectiva de gênero, o que pode levar à sensação de impunidade e, conseqüentemente, ao descrédito da sociedade em relação à Justiça. (MELLO, 2016, p. 32).

O presente trabalho, segue a legislação nacional no qual entende pela terminologia feminicídio como a morte de mulheres pela simples condição de ser mulher, marcada por discriminação e ódio instigado em muitos casos por um pensamento de domínio e que não sendo atendido acaba por gerar quadros de fúria (OLIVEIRA, 2017; TOLOSA & CHAGAS & LIMA, 2020; UTSCH & LEAL, 2014; CHAVES & GILL, 2019). Neste sentido, de acordo com Carcedo (2010):

Definimos o conceito cenário de femicidio como: os contextos socioeconômicos, políticos e culturais nos que se produzem ou propiciam relações de poder entre homens e mulheres particularmente desiguais e que geram dinâmicas de controle, violência contra as mulheres e femicídios que adotam ou incluem características próprias (CARCEDO, 2010, p.15).

Perante os elementos apresentados não podemos deixar de citar que, de uma forma geral, grande fatia dos homicídios de mulheres ainda advém de relações íntimas, de vivência extremamente violenta, com homens quais em muitos casos a mulher buscava terminar a relação (ALMEIDA, 1998; GOMES, 2010). Porém, um

fato que deve ser deixado bem claro é que entre os assassinatos de mulheres, se admite que nem todas estas mortes são feminicídios.

Devido a todos os elementos acima colocados, podemos entender que os crimes contra a mulher são comuns e estão cada vez mais se elevando. Estudos da Organização Mundial de Saúde e da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres (2016) revelaram que, no mundo, mais de trinta e cinco por cento da totalidade dos assassinatos de mulheres é praticado por parceiro íntimo (GARCIA, 2019).

As maiores taxas de feminicídio estão contidas em países pobres, sobretudo na América do Sul e Central. Em El Salvador, no ano de 2017, cerca de 3 mil mulheres chegaram a óbito vítimas de feminicídio, representando assim uma taxa 10,2 para cada 100 mil mulheres (ORELLANA, 2019).

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2017, no ano anterior, foram registradas 4.657 mortes de mulheres por assassinato, o que equivale a uma mulher assassinada a cada uma hora e trinta minutos no Brasil (GARCIA, 2019). Waiselfisz (2015) em seu trabalho coloca que o Brasil está na quinta posição do ranking dos dados do Mapa da Violência se traduzindo em uma taxa de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres no ano de 2013.

Um outro dado que desperta interesse é o cunho desproporcional deste fato, na dimensão que mulheres morrem em taxas desigualmente maiores ao que matam (UNODC, 2011). Enquanto os homens são assassinados com maior frequência que as mulheres, raras vezes esses assassinatos entre os homens ocorrem simplesmente pelo seu sexo. Inclusive, em raríssimos são os casos que mulheres matam homens e é pouco mais raro ainda que matem porque a vítima é homem (RADFORD, 2006, p.48).

Desta forma, em março de 2015 passou a vigorar a Lei do Feminicídio, que converte crime hediondo em assassinato de mulheres por motivos de gênero, sendo assim, assassinar uma pessoa do sexo feminino pelo simples motivo de ela ser pertencente a este gênero, tendo como punição para este delito de 12 a 30 anos de prisão (FERREIRA, 2017).

A Lei Maria da Penha representou outra conquista de combate a esta situação, mas que ainda representa pouco para minimizar as atrocidades trazidas por este tema. Não há dúvidas que muito ainda pode ser feito para a melhoria da situação atual das mulheres (SANTOS, 2016).

Antes dos fatos históricos acima tratados as agressões eram legitimadas por caráter passional destinado a conduta criminosa, sendo constantemente procurado esta interpretação para configuração de atenuante e assim conquistar a diminuição das punições. Esta alegação convertia o crime como algo justificável diante da sociedade, coloca frente a frente as ações da mulher e do homem, interpretando se era cabível ou não a agressão cometida (FERREIRA, 2017).

Tendo em vista a todas as indagações apresentadas no texto até então podemos entender que este é um assunto que deveria ser muito mais debatido pela sociedade e assim tornar esta questão do conhecimento de todos, já que infelizmente os pensamentos machistas que estão enraizados na mente de nossa sociedade fazem com que muitas pessoas não enxerguem esse quadro (BANDEIRA, 2019).

Desta forma, a conscientização de nossa população é fundamental para que esta realidade possa ser modificada. Conhecer melhor as especificidades deste problema, em cada região, podem representar meios bastante eficientes para o planejamento de medidas preventivas que possam mitigar esta questão (VIEIRA et al., 2016).

Sendo assim, devido a tudo que foi exposto pode-se considerar que este estudo se configura como de grande importância por tornar ainda mais acessível o conhecimento da frequência do número de óbitos por causas externas em mulheres na região de Guarabira-PB.

Desta maneira, este estudo constitui um veículo para elaboração de medidas por parte dos gestores públicos em ações preventivas de âmbito nacional, estadual e municipal que priorizem medidas de combate a violência, assim como reabilitação e assistência terapêutica das mulheres acometidas.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 DESENHO DO ESTUDO**

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, descritivo e analítico, com desenho do tipo transversal. Igualmente entendido por seccional, esse modelo de análise fornece uma visão de como os elementos estavam associadas no instante da coleta dos dados. Exibe como vantagens a simplicidade, o pequeno custo, a velocidade, e a objetividade na obtenção dos dados.

A pesquisa descritiva é uma das categorias de estudo não-experimental, que possui por intuito examinar, descrever e documentar os fatores da situação. No que se refere a espaço temporal, esta pesquisa tem delineamento transversal, isto é, envolve coleta de dados em um momento específico no tempo, sendo principalmente adequado para analisar a condição, o status do evento, ou as relações entre os fenômenos em um instante fixo.

#### **3.2 LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO**

O estudo foi feito no município de Guarabira, que está localizado na mesorregião do Agreste e do Brejo Paraibano. Com uma população de 58.881 habitantes ocupando e área de 181 km<sup>2</sup>, o município ocupa o 115º lugar em extensão territorial no Estado e fica à 96 km de distância da capital João Pessoa. Guarabira limita-se ao norte com o município de Pirpirituba, ao sul com Mulungu e Alagoinha, a leste com Araçagi, a oeste com Pilõesinhos e Cuitegí (IBGE, 2016).

#### **3.3 POPULAÇÃO A SER ESTUDADA**

A população de interesse para análise corresponde aos laudos cadavéricos encaminhados para o NUMOL- Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira), situado na cidade de Guarabira, no período de 2003 a 2018.

#### **3.4 AMOSTRA**

O tipo de amostragem utilizada é do tipo censitária, sendo compreendidos na pesquisa os laudos produzidos no período de 2003 a 2018.

### 3.5 COLETA DOS DADOS

A obtenção de dados foi feita pelos pesquisadores, usando como instrumento um formulário padronizado fundamentado nos elementos sugeridos pela literatura da área (Apêndice A).

**Tabela 1 – Elenco de Variáveis**

<b>Variável</b>	<b>Definição</b>	<b>Operacionalização</b>
Ano da ocorrência	Ano que ocorreu o óbito do individuo ou encaminhamento do corpo para o Instituto Médico Legal	1. 2003 2. 2004 3. 2005 4. 2006 5. 2007 6. 2008 7. 2009 8. 2010 9. 2011 10.2012 11.2013 12.2014 13.2015 14.2016 15.2017 16.2018
Mês	Mês que ocorreu o óbito do individuo ou encaminhamento do corpo para o Instituto Médico Legal	1. Janeiro 2. Fevereiro 3. Março 4. Abril 5. Maio 6. Junho 7. Julho 8. Agosto 9. Setembro 10. Outubro 11. Novembro 12. Dezembro
Fim de semana	Se o óbito ocorreu no final de semana	1. Sim 2. Não
Sexo	Distinção dos seres vivos em relação à função reprodutora	1. Masculino 2. Feminino

Idade	Anos completos até a data da ocorrência	
Cor da pele	Indica a coloração da pele classificada pelo perito	1. Leucoderma (branca) 2. Melanoderma (negra) 3. Faioderma (Parda)
Formação instrucional	Nível de escolaridade	1. Sem instrução 2. Ensino fundamental incompleto ou completo 3. Ensino médio incompleto ou completo 4. Ensino superior incompleto ou completo 5. Ignorado 6. Não informado
Profissão	Profissão executada pelo indivíduo	1. Agricultor 2. Aposentado 3. Do lar/Doméstica 4. Comerciante 5. Estudante 6. Taxi/Motorista/Mototaxista 7. Desempregado 8. Outras categorias
Local de ocorrência do Fato	Local onde o indivíduo chegou a óbito	1. Zona Urbana 2. Zona Rural
Acidentes de Transito	Que meio ocasionou	1. Carro 2. Moto 3. Atropelamento 4. Não informado 5. Bicicleta
Asfixia	Tipos de asfixias	1. Afogamento 2. Enforcamento 3. Estrangulamento 4. Esganadura 5. Outro tipo 7. Sufocação
Eletricidade	Tipos de eletricidade	1. Industrial/artificial 2. Cósmica
Térmicos	Tipos térmicos	1. Frio 2. Calor
Lesões	Existência de lesões no segmento bucomaxilofacial	1. Sim 2. Não
Tipos de lesão	Tipos de lesões no segmento bucomaxilofacial	1. Equimose 2. Hematoma 3. Escoriação 4. Fratura

		<ul style="list-style-type: none"> <li>5. OE PAF (Orifício de entrada de projétil de arma de fogo)</li> <li>6. OS PAF (Orifício de saída de projétil de arma de fogo)</li> <li>7. Queimadura/Carbonização</li> <li>8. Cortante</li> <li>9. Perfuro Cortante</li> <li>10. Cianose</li> <li>11. Corto contundente</li> <li>12. Ferida contusa</li> <li>13. Protusão</li> <li>14. Edema</li> <li>15. Esmagamento</li> <li>16. Afundamento</li> <li>17. Outros</li> </ul>
Região	Região do complexo bucomaxilofacial atingida	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Frontal</li> <li>2. Orbitária</li> <li>3. Nasal</li> <li>4. Geniana</li> <li>5. Labial/Bucal</li> <li>6. Mentoniana</li> <li>7. Zigomática</li> <li>8. Massetéria</li> <li>9. Bucinador</li> <li>10. Palpebrar ou Superciliar</li> <li>11. Pré-auricular/Auricular</li> <li>12. Maxila</li> <li>13. Mandíbula</li> <li>14. Língua</li> <li>15. Hemi-Face</li> <li>16. Toda a face</li> <li>17. Outras</li> </ul>
Instrumento	Instrumento ou meio que produziu a morte	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Arma de fogo</li> <li>2. Arma branca</li> <li>3. Acidente de trânsito</li> <li>4. Ação contundente diferente de acidente de trânsito</li> <li>5. Asfixia</li> <li>6. Envenenamento</li> <li>7. Eletricidade</li> <li>8. Térmico</li> <li>9. Outros meios</li> </ul>

**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2019.



### 3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os elementos éticos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata acerca da ética em estudos com seres humanos e materiais destes derivados foram observados, além de possuir a autorização da Direção do NUMOL, para o acesso aos laudos, expressa por meio da carta de anuência (Anexo A), foi também submetida à Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo como número 3.436.163 (Anexo B).

### 3.7 CRITÉRIO DE INCLUSÃO

Entraram na pesquisa todos os laudos de exames cadavéricos que foram feitos em mulheres vítimas de morte violenta preenchidos entre janeiro de 2003 a dezembro de 2018.

### 3.8 CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

Foram excluídos da amostra os laudos de exames necroscópicos realizados em vítimas de morte não violenta, morte natural, morte violenta do sexo masculino ou aqueles que não estiverem devidamente preenchidos.

### 3.9 PLANO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram classificados de forma sistemática, procedendo-se, por meio de averiguação crítica, buscando equívocos ou erros que pudessem comprometer o resultado do trabalho.

A divisão de frequências foi utilizada para considerar os elementos gerais da amostra e ainda para examinar prováveis erros de digitação dos dados brutos por meio do exame de missing.

A análise univariada foi feita com o objetivo de avaliar as características gerais da amostra e traçar de uma forma descritiva um panorama dos principais achados. A análise bivariada foi usada para o estudo de associação entre a variável instrumento de causa morte e a faixa etária e presença de lesão orofacial, no qual foi

aplicado o teste estatístico qui-quadrado de independência para verificar se existe ou não relação entre as variáveis.

O resumo dos dados foi realizado no programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 18.0.

O tipo de amostragem utilizada é do tipo censitária, sendo compreendidos na pesquisa os laudos produzidos no período de 2003 a 2018.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observando os diversos elementos de violência contra a mulher no interior do Estado da Paraíba, mais especificamente a população feminina que ocupa os municípios atendidos pelo Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira - NUMOL, que correspondem a 40 cidades, pudemos constatar nesta região 321 mortes violentas, para com este sexo, nos dezesseis anos analisados.

O município com maior número de casos foi Guarabira com 45 mortes, significando sozinha 14%, o que é até certo ponto esperado devido ser a área com maior contingente populacional (Tabela 2). Neste sentido, Ferreira (2017) afirma que normalmente as localidades que concentram mais pessoas oferecem mais situações ligadas a elementos de risco para a violência, fazendo com que acabe concentrando a maior quantidade de ocorrência.

Dentre as demais cidades analisadas, outras que apresentaram altos valores foram: Araruna, Bananeiras e Solânea que exibiram respectivamente 5,6%, 5,3%, e 4,7% dos casos. Seguindo o mesmo objeto de pesquisa Garcia et al (2015) estimou que, nos anos de 2009 a 2011, houveram, em média, 5.722 mortes violentas de mulheres, por ano, no Brasil o que demonstra o quanto este assunto é relevante para todo o país e conseqüentemente para as localidades atendidas pelo NUMOL.

**Tabela 2** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por cidade do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Cidade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Guarabira	45	14,0
Araruna	18	5,6
Bananeiras	17	5,3
Solânea	15	4,7
Dentro da Área	152	47,4
Fora da Área	74	23,1
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

No tocante aos anos de ocorrência, conseguimos notar visivelmente que aconteceu uma elevada oscilação nos valores durante o espaço temporal analisado, esta variação pode ter acontecido, entre outros motivos, devido aspectos administrativas em que de acordo com o ano de gerenciamento alguns municípios

eram retirados ou colocados na região de abrangência do NUMOL e desta forma, tornando maior ou menor os valores (Tabela 3).

Os anos de 2012 (1,6%) e 2013 (1,2%), representam o período de menor quantidade de casos, durante o tempo analisado, na presente pesquisa. O principal motivo foi não ter ocorrido o funcionamento do NUMOL durante estes dois anos. Já o ano de 2011 (10%), 2014 (9%) e 2015 (10,6%) foi quando ocorreu a maior quantidade de eventos. O aumento dos valores, nestes três anos, se motivou devido ocorrer atendimento para mais cidades.

**Tabela 3** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por cidade do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Ano</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
2003	12	3,7
2004	21	6,5
2005	18	5,6
2006	18	5,6
2007	11	3,4
2008	22	6,9
2009	16	5,0
2010	27	8,4
2011	32	10,0
2012	5	1,6
2013	4	1,2
2014	29	9,0
2015	34	10,6
2016	27	8,4
2017	26	8,1
2018	19	5,9
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Em relação a distribuição mensal de mortes violentas com mulheres, os meses que exibiram os valores mais elevados, segundo a Tabela 4, são dezembro (10%), janeiro (9,7%) e abril (10%), sendo assim, o período mais violento.

O final e início de ano são épocas de grandes festividades na região como por exemplo o Natal e Reveillon, além de ser o período de férias, estes aspectos possivelmente sejam de expressiva relevância para o quadro agora apresentado.

**Tabela 4** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por mês do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Mês</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Janeiro	31	9,7
Fevereiro	19	5,9
Março	28	8,7
Abril	32	10,0
Maio	25	7,8
Junho	22	6,9
Julho	24	7,5
Agosto	28	8,7
Setembro	25	7,8
Outubro	30	9,3
Novembro	25	7,8
Dezembro	32	10,0
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Já sobre o período da semana em que mais se verifica mortes violentas com pessoas do sexo feminino, ao observarmos no Gráfico 1, percebemos que no final de semana ocorre 35,8% dos casos, já no meio da semana acontece 61,3% dos eventos.

Fazendo a análise destes dados de maneira superficial acabaríamos por entender que o meio da semana seria mais violento por exibir valores mais elevados. Porém, este entendimento prematuro estaria equivocado por este período ter um número maior de dias.

Sendo assim, ao distribuímos os eventos do meio da semana e do final da semana pela quantidade de dias contidos neles, no caso 5 dias para o primeiro e 2 dias para o segundo, notaríamos que no meio da semana acontecem 7,1% e no final de semana 17,9% das ocorrências.

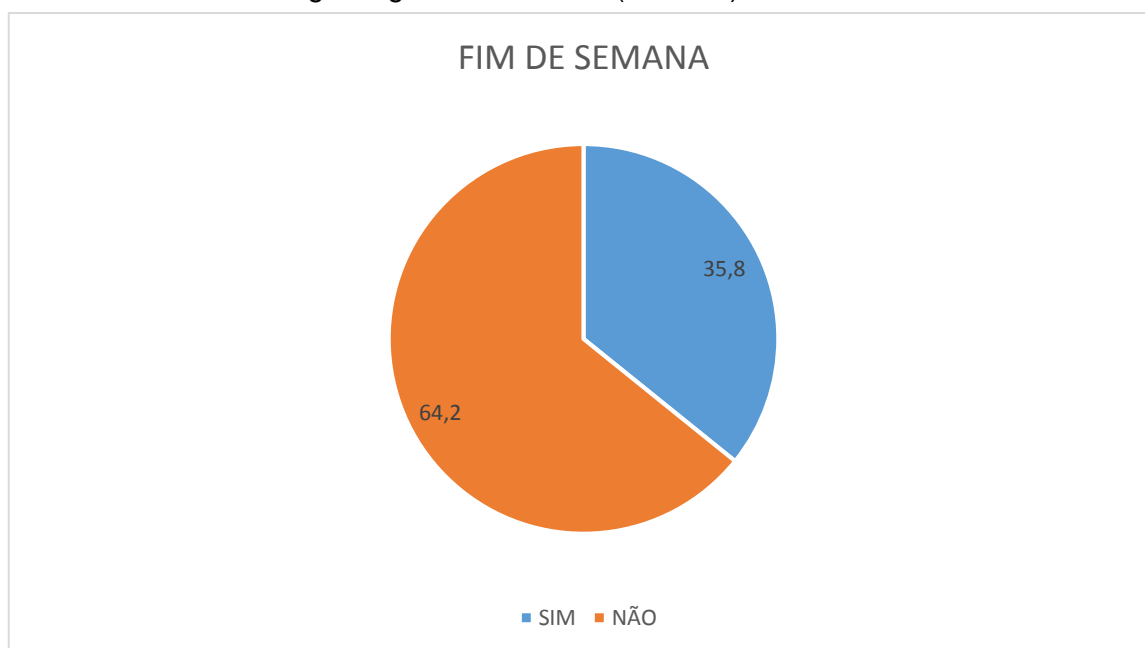
Neste sentido, os valores para os dias do final de semana são bem mais elevados que os outros dias. Isso se dá em virtude de neste período as pessoas não trabalharem e assim fazem uso de álcool causando acidentes, brigas que pode gerar assassinatos, entre outros.

Nesta perspectiva, de acordo com Krug et. al. (2002) a utilização de bebidas alcoólicas é um elemento envolvido na grande ocorrência de casos de violência

contra a mulher, nos finais de semana, como também observado em outras formas de violência.

Sobre esta situação o Ministério da Saúde (2010) afirma que são nos finais de semana que ocorrem as maiores proporções de atendimento e notificações de violência, sendo os sábados com 15,4% e os domingos com 16,7%.

**Gráfico 1** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por fim de semana do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira (NUMOL) de 2003 a 2018.



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

A tabela 5, exibe a faixa etária das mulheres vítimas de morte violenta, podemos perceber que grande parte dos eventos é formada por pessoas entre 19 e 29 anos com 26,8% e entre 30 e 44 anos com 26,1%, essas duas classes juntos constituem 52,9% dos casos.

A maioria das pessoas atendidas pelo NUMOL estudado nesta pesquisa, habita cidades de pequeno porte ou zona rural possuindo um padrão de vida bastante distinto dos que moram nas cidades mais desenvolvidas, onde comumente existe uma quantidade maior deste tipo de morte em jovens adolescentes.

Na situação particular da região analisada, as jovens não são as pessoas que mais sofrem com este problema em virtude das características culturais locais que acabam por influenciar fortemente a não existência deste problema.

As crianças e adolescentes locais são filhos de agricultores e habitam a zona rural, desta forma, possuem menor acesso aos fatores predisponentes da violência das grandes cidades, gerando desta forma, dentro de um limite, um maior controle dos responsáveis devido os fatores geográficos restritivos de alcance aos problemas das metrópoles.

**Tabela 5** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por faixa etária do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Idade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Até 12 anos	27	8,6
13 a 18	29	9,2
19 a 29	84	26,8
30 a 44	82	26,1
45 a 64	53	16,9
acima de 65	38	12,1
Não informado	7	2,5
<b>Total</b>	<b>321</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Sobre as profissões mais acometidas por este tipo de morte em mulheres no espaço estudado, a Tabela 6, exibe que as agricultoras, com 36,6%, juntamente com Do Lar/Doméstica, com 23,6%, totalizam juntas 65,6% dos casos e assim constituem a maioria das pessoas do sexo feminino afetados.

O quadro existente ocorre em razão de a grande maioria das mulheres que moram nas localidades abrangidas pelo NUMOL de Guarabira serem justamente pessoas que trabalham na agricultura e/ou em serviços domésticos.

**Tabela 6** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por profissão do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Profissão</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Agricultor	70	36,6
Aposentado	19	9,9
Do Lar / Domestica	45	23,6
Comerciante	2	1,0
Estudante	27	14,1
Desempregado	6	3,1
Outras categorias	22	11,5
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Ao verificarmos o nível de escolaridade das mulheres que habitam a região e são atingidas por mortes violentas (ver Tabela 7). As que apresentam de 1 a 3 anos de estudo (31,4%) constituíram a categoria de maior destaque, seguida das alfabetizadas (26,3%) e analfabetos (19,5%).

Desta forma, percebe-se que os maiores números são de classes de pessoas com baixo nível de escolaridade. Esta situação nos leva a pensar que mulheres com pouco ou nenhum grau de estudo são mais afetadas por este tipo de morte do que as com mais instrução. Garcia (2016), ao falar deste assunto relatou que a região Nordeste com 60% é a que apresenta os maiores valores de mortes violentas com mulheres de menor escolaridade.

**Tabela 7** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por escolaridade do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Escolaridade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Analfabeto	23	19,5
1 a 3 anos	37	31,4
4 a 7 anos	14	11,9
8 a 11 anos	9	7,6
12 ou mais	4	3,4
Alfabetizado	31	26,3
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Segundo os dados exibidos até então, mais estritamente aos valores exibidos no Gráfico 1 e Tabelas 5, 6, e 7 podemos concluir que o perfil de mulheres vítimas de mortes violentas são agricultoras ou domésticas, dos 19 aos 44 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade.

Portanto, não podemos deixar de ressaltar que conhecer o panorama social, cultural e econômico das variadas comunidades relacionado com às diferentes formas das mortes violentas com mulheres são muito importantes para determinar e entender os fatores motivadores do perfil das vítimas deste tipo de morte.

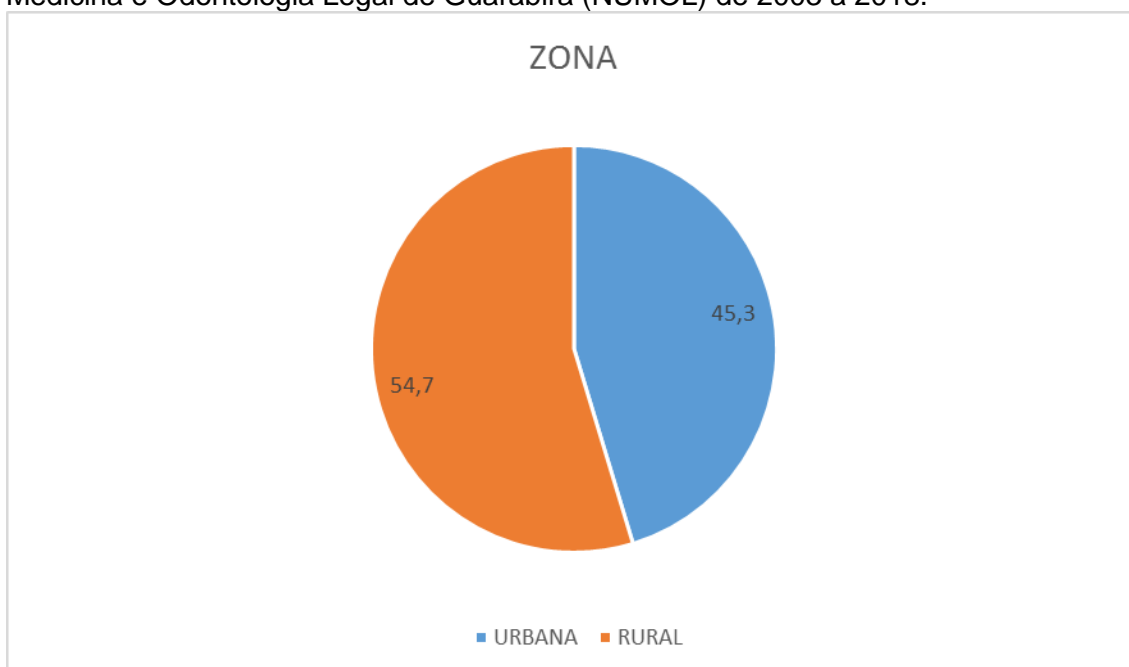
Seguindo esta linha de raciocínio, de acordo com Meneghel e Hirakata (2011) que analisaram feminicídios, no Brasil, durante o período de 2003 a 2007, ocorreram 19.459 mortes nestes anos e o perfil destas mulheres eram jovens, solteiras, com baixa escolaridade e cor da pele preta ou parda.



Sobre a zona de ocorrência a maior quantidade de casos foi na área rural com 54,7%, consequentemente os casos na Zona Urbana representam 45,3%. Estes valores podem ser facilmente entendidos, pois a grande maioria das pessoas que habitam a região vivem na Zona Rural (ver Gráfico 2).

Um outro aspecto que deve ser considerado na análise deste panorama é que a maior parcela dos acidentes automobilísticos que causam mortes ocorre em estradas da zona rural que apresentam péssimas condições de conservação aliado ainda a condução com alta velocidade promovida pelos motoristas nestes trechos.

**Gráfico 2** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por zona do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira (NUMOL) de 2003 a 2018.



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Sobre o instrumento ou meio produtor da lesão constatamos que asfixia foi a forma que mais causou mortes violentas, com 80 vítimas que representou 25,7%, seguida bem próximo por acidente de trânsito com 78 casos, significando 25,1% (ver Tabela 8).

Estas duas classes somadas apresentam 50,8% significando mais da metade das razões de mortes violentas. Em seguida surgem as categorias arma de fogo (19,3%), arma branca (11,9%), ação contundente (6,4%), envenenamento (4,8%), eletricidade (4,5%), térmico (1,3%) e outros meios (1%).

Gomes (2009), ao estudar mortes violentas para a mesma região, porém com pessoas dos dois sexos durante os anos de 2003 a 2007, exhibe para esses anos que o maior causador deste problema foi acidentes de trânsito (26,6%), seguido de asfixia (24%) e arma de fogo (20,5%).

Já Duarte (2019) estudando a mesma região geográfica, mas os dois sexos, durante os anos de 2008 a 2018 constatou que o instrumento que mais causou mortes foi arma de fogo (30,5%), seguida por acidente de trânsito (29,6%), asfixias (16,9%) e armas branca (11,3%).

Nesta conjuntura, percebemos que o sexo masculino sofre bem mais mortes violentas com arma de fogo, que no caso das mulheres que aparece apenas na terceira posição da lista. Os padrões socioculturais, construídos em nossa sociedade, onde a ideia de gênero torna as mulheres bem menos sujeitas a ações de violência.

De acordo com Melo et al (2016) pessoas do sexo masculino exercem com maior frequência, quando comparadas ao sexo feminino, comportamento agressivo. As armas, como a concretização do poder se tornam grandes símbolos de masculinidade na sociedade local em que os padrões culturais machistas predominam.

Esse quadro acaba por influenciar fortemente algumas ações de domínio e a consequente submissão do outro aos seus desejos e interesses, resultando na violência para com o próximo. As características culturais locais fazem com que estes objetos sejam colocados desde cedo na vida do menino, na forma de brinquedos, para edificar seu universo masculino.

No entanto, alguns questionamentos acerca da problemática em estudo devem ser feitos, principalmente quando se refere ao número de mulheres vítimas por assassinato. Mortes violentas geradas por arma de fogo aparecem apenas na terceira posição na presente pesquisa, no entanto, esses dados podem se tornar preocupantes se somarmos as mortes por arma de fogo e por arma branca onde estes dois instrumentos geram principalmente mortes por assassinatos e em uma escala extremamente menor por suicídios. Seguindo esta linha de raciocínio se somarmos as mortes por arma de fogo e por arma branca elas irão totalizar 31,2%, ou seja, uma quantidade maior de vítimas que qualquer outra classe.

Desta maneira, Garcia (2016) mostra que no Brasil, para os anos de 2011 a 2013, ocorreram 13.837 mortes de mulheres por agressões de acordo com o SIM, o que representa a uma taxa bruta de mortalidade de 4,62 óbitos por 100 mil mulheres.

Ainda a esse respeito, a mesma autora afirma também que no Brasil, praticamente metade das mortes de mulheres por agressões ocorrem por armas de fogo com 49%, o uso de instrumento perfurante, cortante ou contundente representou 34%, ou seja, por volta de um terço das situações. Enforcamento ou sufocação significaram 6% das mortes.

Estas informações mostram implicações graves impulsionadas pela discriminação contra o sexo feminino. Corroborando estereótipos de gênero, nos crimes e ainda na constante omissão do Estado na prevenção, averiguação e punição dos delitos, com consequências diretas para os familiares e entes queridos das vítimas (SANTOS et al., 2020). As diversas agressões para com o sexo feminino é uma problemática bastante antiga de nossa sociedade, mas só recentemente foi reconhecida como uma violação dos direitos humanos.

O estudo realizado por Ferreira (2017) mostra que os eventos de violência contra a mulher ocorrem baseados em uma estrutura social patriarcal, que permanece repetindo os modos culturais de processo histórico de submissão feminina. O não cumprimento dos direitos humanos e de todas as individualidades que não fazem parte do modelo hegemônico, em particular, de distinção do tratamento pelo fato de ser homem ou mulher (GOMES, 2018).

Seguindo está linha de raciocínio, o panorama agora descrito acaba por gerar situações de feminicídio em que a brutalidade desta morte é resultado, muitas vezes, de relações sociais marcadas por dor e sofrimento em um contexto de relações sociais extremamente desiguais.

Deste modo, Meneghel e Hirakata (2011), em sua pesquisa sobre feminicídios, colocam que por volta de um terço das mortes ocorrem na residência das vítimas, elemento este que fortalece a hipótese que as mortes foram cometidas por cônjuge, parente ou conhecido. Situação totalmente diferente da que acontece com os homens, que se deram principalmente em espaços públicos.

O IPEA afirma ainda que a cada uma hora e trinta minutos uma pessoa do sexo feminino é morta por um homem, em nosso país, somente pelo fato de ser mulher, representando dezesseis feminicídios por dia. Esta situação advém de comportamentos machistas, androcêntrico e sexistas (CERQUEIRA et al., 2017).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma a cada três mulheres em nosso planeta já foram, de alguma maneira, violentadas por seu parceiro ou ex-parceiro (OMS, 2015). Sobre esse assunto Garcia (2019) seguindo informações da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo relata que, no ano de 2016 foram contabilizadas 99 mortes violentas de mulheres.

O álcool é um outro elemento bastante relevante que deve ser aqui mencionado, pois a associação entre consumo de bebidas com este elemento e violência doméstica se torna um fator muito comum e assim enormemente conhecido e catalogado (Devries et al., 2014).

Pesquisa feita nos Estados Unidos mostrou que a utilização de álcool por parte agressor está relacionada com um crescimento de 8 vezes nas situações de abuso à mulher e 2 vezes no risco de feminicídio ou tentativa de feminicídio (Sharps et al., 2001). Porém, devemos ter ciência, que o consumo de álcool é apenas mais um elemento que colabora nesta conjuntura bastante complexa.

Para o melhor entendimento dos elementos acima citados não podemos deixar de falar que esse quadro ocorre devido a submissão que muitas mulheres têm em relação aos homens. A submissão é reconhecida de maneira e níveis de forças diferentes, em razão dos vários aspectos como contexto histórico, local de vivência, cultura e religião. Apesar de essa submissão ser um atributo intrínseco a maior fatia dos vínculos sociais firmados, não devemos dizer que a submissão é própria da natureza feminina, porém somos capazes de colocar que ela é resultado de uma edificação sociocultural a que qualquer comunidade é exposta (FERREIRA, 2017).

Os elementos que colaboram para a violência são de todo modo existentes no dia a dia das nações que ratificam o poderio masculino em relação as mulheres, justificando até, em algumas comunidades a utilização de violência como forma de corrigir e solucionar problemas rotineiros, edificando a permissão ao homem, em um

relacionamento íntimo, determinadas ações que não pertencem às mulheres a tornando totalmente submissa (FERREIRA, 2017).

**Tabela 8** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por instrumento do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Instrumento</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Arma de fogo	60	19,3
Arma branca	37	11,9
Acidente de transito	78	25,1
Ação contundente	20	6,4
Asfixia	80	25,7
Envenenamento	15	4,8
Eletricidade	14	4,5
Térmico	4	1,3
Outros meios	3	1,0
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Sobre os óbitos causados somente por acidentes, a Tabela 9, mostra que o objeto com maior evidencia foi a motocicleta, com 49,2%, na sequência atropelamento, com 27,7%, e carro com 23,1%. Isso ocorre devido nos dias de hoje esta ser a principal forma de transporte utilizada para a locomoção de pessoas e até mesmo para o transporte de pequenas mercadorias na região.

As motocicletas se caracterizam por serem um veículo de baixo custo para aquisição e manutenção se comparado aos carros, desta maneira, ela se torna um meio de transporte muito procurado por pessoas que buscam uma forma de se transportar sem gastar muito dinheiro, sendo assim, ela acaba por ser grande maioria em cidades de pequeno porte em que frequentemente o poder aquisitivo da maior parte dos habitantes é baixo.

Seguindo esta linha de raciocínio deve-se destacar que a região de abrangência do NUMOL de Guarabira é formada sobretudo por pequenas cidades, desta forma, este veículo termina sendo muito utilizado. Nestas cidades, grandes porções de seus territórios são espaços rurais, as motocicletas vêm se constituindo como uma alternativa de locomoção e como substituto dos meios de transporte mais tradicionais de tração animal (OLIVEIRA, 2009).

Porém, alguns aspectos sobre esta temática devem ser apresentados por interferir fortemente neste quadro, principalmente quando estamos falando sobre muitas pessoas não usam capacete quando estão pilotando motocicletas que os torna extremamente desprotegidos em situações de acidentes.

Alguns outros elementos pertinentes devem ser ressaltados como indivíduos que dirigem a motocicleta sem a CNH (Carteira Nacional de Habilitação), quantidade maior de passageiros do que o permitido em um único veículo e dirigir alcoolizado, elemento este que na maior parte das ocasiões resulta em imprudência e alta velocidade.

Estes fatores são rotineiros em municípios pequenos por apresentarem menor controle quanto as leis de trânsito em virtude de terem um pequeno número de policiais, além de aspectos como estradas ruins, longas distâncias, entre outros, que termina em grande parte das situações dificultando a fiscalização.

Este quadro bastante comum em cidades de pequeno porte torna mais expostos condutores e conseqüentemente passageiros a colisões de grande magnitude principalmente com conseqüências lesivas no complexo buco-maxilo-facial ocasionando rotineiramente na morte do indivíduo (OLIVEIRA, 2009).

**Tabela 9** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por acidente do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Acidente</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Carro	15	23,1
Moto	32	49,2
Atropelamento	18	27,7
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Ao associarmos os acidentes com a idade das vítimas, os valores que mais chamaram a atenção foram em relação aos acidentes de motos com mulheres de 19 a 44 anos. Este grupo concentrou sozinho 75% deste quadro, com 24 casos.

**Tabela 10** - Relação entre acidentes e idade das mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.

Instrumento	Idade						Valor de P P<0,05*
	Até 18 anos		19 a 44 anos		45 ou mais		
	N	%	N	%	N	%	
Carro	2	13,3	7	46,7	6	40,0	
Moto	6	18,8	24	75,0	2	6,3	
Atropelamento	4	23,5	7	41,2	6	35,3	
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>18,8</b>	<b>38</b>	<b>59,4</b>	<b>14</b>	<b>21,9</b>	

**Associação significativa através do teste Qui-quadrado (p=0,035)**

**Fonte:** Dado da pesquisa.

Sobre as mortes por Asfixia, os afogamentos tiveram os maiores valores com 33 casos, representando 41,8%, seguido bem de perto por enforcamentos com 30 óbitos, significando 38,0% (Tabela 11). Na sequência veio as mortes por sufocação (7,6%), esganadura (2,5%) e estrangulamento (1,3%).

A expressiva parcela de eventos de afogamentos possivelmente ocorra devido a maior fatia do contingente populacional da região estudada morar na zona rural, como já citado anteriormente. Esta situação facilita o acesso das pessoas da região a rios, açudes e lagos, tornando estes indivíduos mais susceptíveis e desta maneira se submetem, a estas localidades, fazendo com que seja muito comum o seu uso para a pesca, mas principalmente usados por mulheres como meio de lazer, sobretudo nos finais de semana.

Já sobre os eventos de enforcamento, que da mesma maneira mostrou muita relevância nos dados apresentados, esta situação se deu notadamente por suicídios, em que traumas psicológicos geram em muitas situações ações de indivíduos que chegam a cometer este ato. Sobre esse assunto Waiselfisz (2004) apud Melo et al. (2016) mostra que entre 1993 e 2002, os suicídios no Brasil aumentaram 38,9%, em que a taxa por 100.000 habitantes, cresceu de 3,7 para 4,4 neste período.

**Tabela 11** - Distribuição de mulheres vítimas de morte violenta por asfixia do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Asfixia</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Afogamento	33	41,8
Enforcamento	30	38,0
Estrangulamento	1	1,3
Esganadura	2	2,5
Sufocação	6	7,6
Outro tipo	7	8,9
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Ao compararmos os casos de asfixia com a idade das vítimas percebemos que nas situações de afogamento ocorreram 14 eventos com pessoas de até 18 anos que resultou em 42,4%, desta forma, podemos perceber que crianças e adolescentes são muito vulneráveis a afogamentos, isto talvez ocorra em devido a fatores como o não domínio da habilidade do nado, associado a inexperiência, impulsividade, busca por emoções e prazer em experimentar situações de risco (ver Tabela 12).

O enforcamento é outra classe de destaque e teve uma concentração maior de ocorrência com pessoas acima dos 18 anos, com 28 casos resultando em 93,3% das situações. Se considerarmos que enforcamentos, entre outros fatores motivadores, são gerados, sobretudo por situações de suicídio, podemos entender que crianças e adolescentes cometem menos a ação de tirar a própria vida se comparadas com pessoas de idade mais elevada.



**Tabela 12** - Relação entre asfixia e idade das mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.

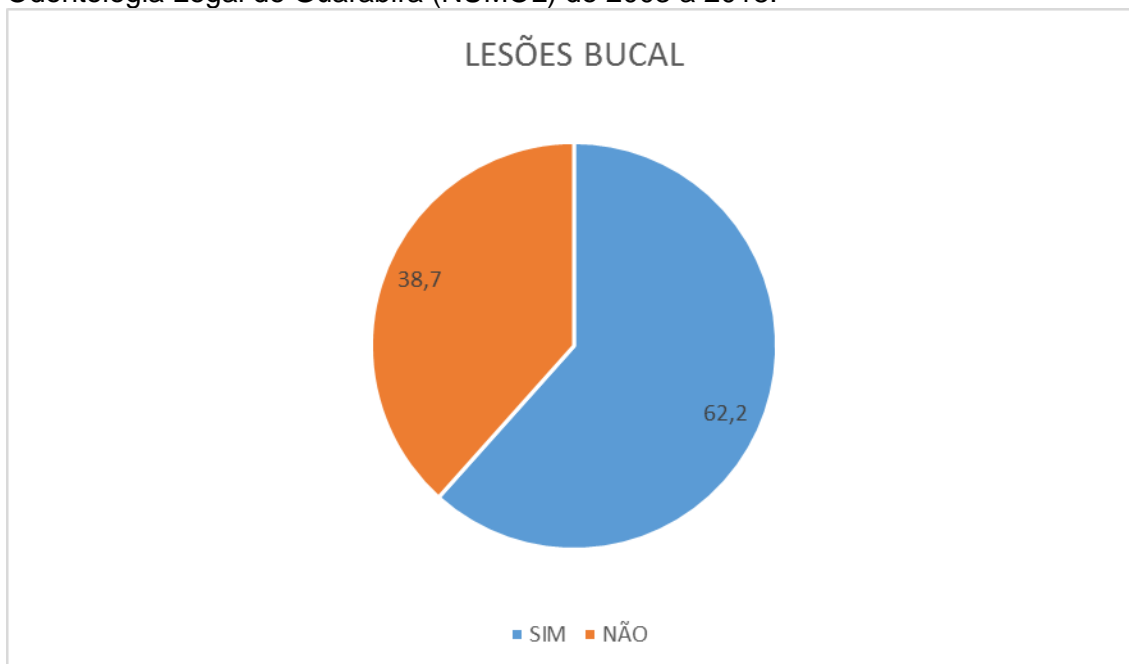
Instrumento	Idade						Valor de P P<0,05*
	Até 18 anos		19 a 44 anos		45 ou mais		
	N	%	N	%	N	%	
Afogamento	14	42,4	10	30,3	9	27,3	
Enforcamento	2	6,7	15	50,0	13	43,3	
Estrangulamento	0	0	1	100,0	0	0	
Esganadura	0	0	1	50,0	1	50,0	
Outro tipo	3	50,0	1	16,7	2	33,3	
Sufocação	5	83,3	0	0	1	16,7	
Carbonização	0	0	1	100,0	0	0	
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>30,4</b>	<b>29</b>	<b>36,7</b>	<b>26</b>	<b>32,9</b>	

**Associação significativa através do teste Qui-quadrado (p=0,001)**

**Fonte:** Dado da pesquisa.

Em relação as lesões no segmento Buco-maxilo-facial, 62,2% apresentaram lesões nesta região e conseqüentemente 38,7% não apresentam lesões na localização anatômica referida (ver Gráfico 3). Em decorrência dos valores agora colocados podemos deduzir que a cabeça e a face são regiões anatômicas muito atingidas em casos de mortes violentas. A situação agora colocada mostra o quanto esta região é visada em situações de disparos de arma de fogo ou como é vulnerável em casos de acidentes automobilísticos, sobretudo em circunstancia de pessoas que pilotam motocicletas sem o uso de capacete.

**Gráfico 3** – Lesão bucal em mulheres vítimas de morte violenta do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira (NUMOL) de 2003 a 2018.



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Ao cruzarmos o instrumento causador da morte violenta em mulheres com ocorrência de lesão bucal constatamos que acidentes de trânsito e ação contundente apresentaram grande destaque. Os acidentes de trânsito geraram 78 óbitos, destas mortes 65 apresentaram lesão bucal o que representou 83,3% de todos os casos provocados por este meio no sexo feminino (ver Tabela 12).

Já em relação a Ação contundente este meio gerou 19 mortes e destes óbitos apenas duas não apresentaram lesão bucal demonstrando também, tendo desta maneira, grande relevância. Estes dados evidenciam o quanto é comum a ocorrência de lesão bucal nestes dois tipos de causas de morte, assim podemos concluir que o complexo buco-maxilo-facial é muito vulnerável nestas situações.

**Tabela 13** - Relação entre instrumento e ocorrência de lesão bucal nas mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.

Instrumento	Lesão Bucal				Valor de P P<0,05*
	SIM		NÃO		
	N	%	N	%	
Arma de fogo	37	61,7	23	38,3	
Arma branca	23	62,2	14	37,8	
Acidente de trânsito	65	83,3	13	16,7	
Ação contundente	17	89,5	2	10,5	
Asfixia	35	44,9	43	55,1	
Envenenamento	7	50,0	7	50,0	
Eletricidade	4	28,6	10	71,4	
Termico	2	100,0	0	0	
outros meios	0	0	3	100,0	
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>62,3</b>	<b>115</b>	<b>37,3</b>	

**Associação significativa através do teste Qui-quadrado (p=0,001)**

**Fonte:** Dado da pesquisa.

Ao observamos a Tabela 14, que trata do número de regiões atingidas no segmento Buco-maxilo-facial, 39,9% dos casos apresentaram 1 região acometida, 21,8% duas, 13,5% três, 12,4% quatro e 12,4% cinco ou mais.

**Tabela 14** – Distribuição do número de lesões em mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.

Nº de Regiões	N	%
Uma Região	77	39,9
Duas regiões	42	21,8
Três Regiões	26	13,5
Quatro Regiões	24	12,4
5 ou mais Regiões	24	12,4
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Em relação as localidades anatômicas mais atingidas na região de cabeça e pescoço, a frontal foi a que teve maior relevância com 32,6%. Outras regiões muito afetadas foram a Orbitária 13,0% e a nasal com 7,8% (ver Tabela 15). O expressivo número de lesões no segmento Buco-maxilo-facial deixa evidente a grande importância do Odontologista nos exames cadavéricos.

**Tabela 15** – Distribuição de regiões com lesão em mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Regiões</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Frontal	63	32,6
Orbitária	25	13,0
Nasal	15	7,8
Geniana	5	2,6
Labial/bucal	10	5,2
Mentoniana	8	4,1
Zigomática	6	3,1
masseterina	2	1,0
Bucinator	5	2,6
Palpebral ou Superciliar	9	4,7
Pré-auricular/auricular	1	,5
Maxila	1	,5
Mandíbula	6	3,1
Língua	6	3,1
hemi-face	10	5,2
toda a face	17	8,8
Outras	4	2,1
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Sobre o tipo de lesão a Escoriação apresentou 21,4% dos casos (ver Tabela 12). A Equimose, Ferida Contusa e OE PAF, também se destacaram apresentando respectivamente 19,4%, 12,2%, 9,2%.

**Tabela 16** – Distribuição dos tipos de lesão em mulheres vítimas de morte violenta do NUMOL de 2003 a 2018.

<b>Tipo de Lesão</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Escoriação	42	21,4
Ferida contusa	24	12,2
Fratura	12	6,1
Equimose	38	19,4
OE PAF	18	9,2
Cortante	5	2,6
Corto contusa	8	4,1
Cianose	15	7,7
Outros	34	17,3
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Tendo em vista a todas as indagações apresentadas no texto até então podemos entender que ter conhecimento das principais variáveis da questão das

mortes violentas com mulheres e sua distribuição nos mais variados municípios oferece elementos para que os governantes possam planejar medidas de repressão contra esta situação. Se faz necessário a produção de mais pesquisas adivindas de bases de informações presentes em nosso país, com o objetivo de adquirir estimativas mais precisas em relação a este fenômeno.

Neste sentido, estudar a morte de mulheres é uma missão em âmbito teórico-prático extremamente complexo, já que são muitas as particularidades quanto a témateca da violência de gênero, tornando esta área de estudo bastante mutável, mas que urge a necessidade de mais estudos e consequentemente mais aprofundamentos quanto a este assunto.

Dessa forma, é impossível defender os direitos humanos das mulheres sem gerar meios de defesa contra violência de gênero. Essa defesa necessita de uma maior sensibilização das autoridades públicos para a criação de meios que visem prevenir, combater e punir possíveis atos violentos contra este sexo.

## 5 CONCLUSÃO

Tendo em vista a todos os elementos expostos até aqui podemos concluir que as mortes violentas em mulheres é um fenômeno bastante complexo que merece muitos estudos sobre a presente temática. Ao colocarmos os diversos fatores que causam este tipo de morte notamos a extrema carência de estudos sobre esta problemática que deve ser analisado nos seus múltiplos aspectos.

Ter conhecimento das principais variáveis da questão das mortes violentas com mulheres e sua distribuição nos mais variados municípios oferece elementos para que os governantes possam planejar medidas que venham a reprimir esta situação contra a mulher. Este quadro fortalece a relevância do aperfeiçoamento do banco de dados sobre mortes violentas com mulheres no Brasil e o seu consequente monitoramento. Se faz necessário a produção de pesquisas, advindas de bases de informações presentes em nosso país, com o objetivo de adquirir estimativas mais precisas em relação a este fenômeno (COSTA, 2016).

A violência contra a mulher é um problema mundial, nos quais inúmeros países, além das consequências danosas a sociedade e a economia, as mulheres sofrem ainda com legislações discriminatórias e tendenciosas favorecendo homens em situações de violência, sobretudo entre parceiros íntimos.

A impunidade acerca dos abusos para com os direitos das mulheres está constantemente relacionada em um quadro de erro de responsabilização por parte dos órgãos públicos. Direitos

Neste sentido, é eminente a elaboração de políticas públicas que possam de alguma maneira minimizar a violência contra a mulher e assim reduzir o número de óbitos para com este sexo. Para que este atual panorama seja mudado necessitaria, em primeiro lugar, lutar contra elementos da sociedade que reforçam todos os dias a submissão da mulher para com os homens, como por exemplo a cultura que disciplina as pessoas do sexo feminino a somente serem mães de família com afazeres domésticos e dependentes do sexo oposto (FERREIRA, 2017).

Ações governamentais seriam de grande importância, em que estas devem ser adequadas a diversidade cultural existe no Brasil. Estas ações devem buscar minimizar os fatores de risco, proporcionando a diminuição da violência contra a mulher e assim representar um bom início para a redução do quadro da problemática em questão.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Suely Souza de. **Femicídio: Algemas invisíveis do público-privado**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- ALIMENA, Carla Marrone. **A tentativa do (im) possível: feminismos e criminologias**. 2010. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- BARBOSA, Andréa Maria Ferreira; FERREIRA, Luiz Oscar Cardoso; BARROS, Maria Dilma de Alencar. **Homicídios e condição de vida: a situação na cidade do Recife, Pernambuco**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 20, n. 2, p. 141-150, 2011.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; MAGALHÃES, Maria José. **A transversalidade dos crimes de feticídio/feminicídio no Brasil e em Portugal**. 2019.
- BARBAR, Ana Elisa M. **Atenção primária à saúde e territórios latino-americanos marcados pela violência** Rev Panam Salud Publica. 2018;42:e142. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.142>.
- BARROS, Raissa Ester Maia de et al. **Política também é coisa de mulher: uma análise da inserção da mulher na política paraibana**. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 edição. Bertrand, Rio de Janeiro, Brasil, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, 2008 e 2009**. Brasília: MS, 2010.
- BRITO, Vivian Costa; THEIS, Ivo Marcos; DOS SANTOS, Gilberto Friedenreich. **O NORDESTE BRASILEIRO: A ESCALA REGIONAL NO INTERIOR DA UNIDADE NACIONAL**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 3, 2019.
- CARCEDO, Ana; SAGOT, Montserrat. **No olvidamos y ni aceptamos: femicidio em Centroamérica (2000-2006)**. 1 ed. Asociación Centro Feminista de Información y Acción (CEFEMINA): San José, Costa Rica, 2010.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, 2017.
- CHAVES, Elisiane Medeiros; GILL, Lorena Almeida. **Vidas femininas importam: um estudo sobre feminicídios ocorridos em Pelotas-RS (2014-2019)**. 2019.
- COSTA, Anna Paula Serejo da. **Mortalidade de mulheres vítimas de violência relacionada às desigualdades sociais e violência urbana no Brasil, 2000 a 2012**. 2016.
- COSTA, Letícia Ferreira; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **FEMINICÍDIO: SOB A BANALIZAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS POR RAZÕES DE GÊNERO E SEUS DESAFIOS DIÁRIOS**. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, v. 12, n. 42, p. 34-52, 2021.

- DA SILVA ALVES, Murilo et al. **Homicídios: Distribuição Espacial e Associação às Condições de Vida em Itabuna, Bahia**. Journal of Health Sciences, v. 19, n. 1, p. 1-8, 2017.
- DEVRIES, K. M. et al. **Intimate partner violence victimization and alcohol consumption in women: a systematic review and meta-analysis**. Addiction, v. 109, n. 3, p. 379-391, Mar. 2014
- FERREIRA, Bárbara Nunes Mahon Nicéas. **Estudo sobre as mortes violentas de mulheres brasileiras: sociografia do fenômeno**. 2017. Tese de Doutorado.
- GARCIA, Cláudia Regina dos Santos Albuquerque. **Mortes violentas de mulheres: corpos que falam**. 2019. Tese de Doutorado. Brasil.
- GARCIA, Leila Posenato; DA SILVA, Gabriela Drummond Marques. **Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)**. Texto para Discussão, 2016.
- GOMES, Izabel Solyszko. "Femicídio: **A (mal) anunciada morte de mulheres**". In: Revista de Políticas Públicas, Maranhão, v. 14, n1, p. 17-27, jan./jun., 2010.
- GOMES, Izabel Solyszko. **Feminicídios: um longo debate**. Revista Estudos Feministas, v. 26, n. 2, 2018.
- KUSS, Jean Carlos et al. **A IMPORTÂNCIA DA TRAUMATOLOGIA NA ELUCIDAÇÃO DO CRIME**. Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791), v. 5, n. 1, 2017.
- KRUG, E. G. et al. **World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2002.
- MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. 2. ed., Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017.
- MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. **Femicídios: homicídios femininos no Brasil**. Revista de Saúde Pública, v. 45, n. 3, p. 564-574, jun. 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Seis características das mortes violentas no Brasil**. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 26, n. 1, June 2009 .
- NORONHA, E. Magalhães. **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo: Ed. Saraiva, 15ª ed., 2003.
- OLIVEIRA, Clara Flores Seixas de. **Do pensamento feminista ao código penal: o processo de criação da lei do feminicídio no Brasil**. 2017.
- OMS - ORGANIZAÇÃO DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://nevsp.org/wpcontent/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2020.
- ORELLANA, Jesem Douglas Yamall et al. **Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto amazônico brasileiro**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00230418, 2019.
- PINHO, Aula Maria Sousa; SILVA, Thiago Henrique Costa. **ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM APARECIDA DE GOIÂNIA, GOIÁS**. NOVOS DIREITOS, v. 6, n. 1, p. 38-54, 2019.



- PRADO, Debora; SONEMATSU, Marisa (Org.). **Feminicídio: #Invisibilidademata**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- RADFORD, Jill. “Introducción”. In: RUSSEL, Diana. RADFORD, Jill (Orgs). **Feminicídio, La política del asesinato de las mujeres**. CEIICH/UNAM: Cidade do México, 2006.
- ROICHMAN, Carlos Barreto Campello. Faca, peixeira, canivete: uma análise da lei do feminicídio no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 357-365, 2020.
- ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira et al. **Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde**. 2017.
- SANTOS, Raphael Sampaio dos et al. Nuances entre o Acesso Mais Seguro e o conflito armado no contexto da atenção básica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00139519, 2020.
- SANTOS, Williane et al. **Feminicídio: Uma perspectiva de gênero sobre as mortes violentas de mulheres**. Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes-SEMPESq, n. 18, 2016.
- SHARPS, P. W. et al. **The role of alcohol use in intimate partner femicide**. **American Journal on Addictions**, v. 10, n. 2, p. 122-135, 2001.
- SILVA RIBEIRO, Gislainy Gislanne da et al. A gestão da segurança pública no município de Currais Novos–RN. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 4, p. e1384952, 2019.
- SOFIATTI, Vanessa. **Acesso na atenção básica de uma capital do sul do Brasil: em busca de um ambiente de trabalho mais seguro para o trabalhador**. 2019.
- TOLOSA, Tatiane Rodrigues; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. **Caracterização do Feminicídio na cidade de Belém-Pará**. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, p. 162-177, 2020.
- UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **Global study on homicide L2011**. Viena, Austria, 2011.
- UTSCH, Jullie; LEAL, Bruno Souza. **O Estado e a Autoridade Policial: inscrições nas narrativas jornalísticas de violência de gênero e proximidade**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2014.
- VIEIRA, Élvio Luís Ramos et al. **DIFERENCIAIS INTRAURBANOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER—UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL**. 2016.
- VIEIRA, Élvio Luís Ramos et al. **ANÁLISE ECOLÓGICA DOS ÓBITOS DE MULHERES POR CAUSAS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DO RECIFE-PERNAMBUCO—BRASIL**. 2017.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA; FLACSO, 2015.
- WEBER, Max. (2004) **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**; Barbosa, Regis., Elsabe, Karen., trad. Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília.

## APÊNDICE A – TÍTULO DO APÊNDICE

Formulário de Pesquisa

Laudo nº \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_ Mês: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masc. ( ) fem. Idade: \_\_\_\_\_

Fim de semana ( ) Sim ( ) Não

Profissão: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Fato ocorrido: Zona ( ) urbana ( ) rural ( ) não informado

Instrumento ou meio que produziu:

- ( ) Arma de fogo
- ( ) Arma branca
- ( ) Acidente de trânsito ( ) carro
  - ( ) moto
  - ( ) atropelamento
  - ( ) não informado

( ) Ação contundente diferente de acidente de trânsito \_\_\_\_\_

- ( ) Asfixia ( ) afogamento
  - ( ) enforcamento
  - ( ) estrangulamento
  - ( ) esganadura
  - ( ) Outro tipo \_\_\_\_\_

( ) Envenenamento

( ) Eletricidade ( ) Industrial/ Artificial  
( ) Cósmica

( ) Térmico ( ) frio  
( ) calor

( ) Outros meios \_\_\_\_\_

( ) Não informado

( ) Indeterminado

Há lesões ou sinais no segmento bucomaxilofacial? ( ) sim ( ) não

Tipo \_\_\_\_\_

Região \_\_\_\_\_

**(ANEXO A) CARTA DE ANUÊNCIA**

Estado da Paraíba  
Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social  
Instituto de Polícia Científica  
2º Departamento Regional  
Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira  
Rua José Fraga dos Santos, s/n. Mutirão. CEP: 58.200-000. Guarabira/PB

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA USO E COLETA DE DADOS EM ARQUIVOS (TAICDA)**

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado **"AVALIAÇÃO DO PERFIL DAS MORTES VIOLENTAS NA REGIÃO DE GUARABIRA- PB"**, desenvolvido pelo Professor Pierre Andrade Pereira de Oliveira do Curso de Odontologia da Universidade Estadual da Paraíba, com a participação dos orientandos Flávio Lopes Duarte e Manoel Faustino da Silva Neto. A coleta de dados será do tipo documental e acontecerá no Arquivo do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Guarabira. A referida pesquisa será para fins de iniciação científica. Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba, toda a documentação relativa a este trabalho deverá ser entregue em duas vias (sendo uma em CD e outra em papel) a esta instituição sediadora da pesquisa que também arquivará por cinco anos de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Guarabira, 12 de junho de 2019.

NELSON JOSÉ VIEIRAS  
RESUMO OFICIAL CIBRANIS  
CHEFE DO NUCLOM -  
MOL 116.995-1

Assinatura e carimbo do responsável institucional

**(ANEXO B) APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA  
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 3.436.163

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos de apresentação obrigatória exigidos foram anexados e estão em conformidade com o preconizado nas Resoluções 466/2012 e 510/2016.

**Recomendações:**

É obrigatório o envio dos relatórios parciais e final da pesquisa, conforme estabelecido na Resolução 466/2012 (Item XI.2 - letra d) e Resolução 510/2016 (Art.28 – item V).

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto não apresenta óbices éticos, estando em conformidade com as Resoluções 466/12, 510/16 e a norma operacional 001/13/CNS que regem as pesquisas envolvendo seres humanos de forma direta e/ou indireta. Este é o parecer, salvo melhor juízo.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1372966.pdf	18/06/2019 14:50:11		Aceito
Declaração de Pesquisadores	concordanciaprojetoCEP.pdf	18/06/2019 14:49:28	Pierre Andrade Pereira de Oliveira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Dadosdearquivo.pdf	18/06/2019 14:49:14	Pierre Andrade Pereira de Oliveira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	compromissopesquisadorres466.pdf	18/06/2019 14:48:59	Pierre Andrade Pereira de Oliveira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMOInstitucionalTAICDA.pdf	18/06/2019 14:48:31	Pierre Andrade Pereira de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEPViolencia.pdf	11/06/2019 17:36:05	Pierre Andrade Pereira de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAssinadamorteviolenta.pdf	11/06/2019 17:33:30	Pierre Andrade Pereira de Oliveira	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário  
Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753  
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE  
Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@uepb.edu.br